Revista da ANPEGE. v. 17. nº. 32, p. 173 - 194, ANO 2021. e-ISSN: 1679-768X
https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege. // DOI 10.5418/ra2021.v17i32.12475

OCUPAÇÕES DE TERRAS URBANAS E DESIGUALDADES DE GÊNERO: A cartografia da luta pelo lugar

OCUPACIONES DE TIERRAS URBANAS Y DESIGUALDADES DE GÉNERO: La cartografía de la lucha por el lugar

URBAN LAND OCCUPATIONS AND GENDER INEQUALITIES: The cartography of the struggle for the place

Helena Rizzatti

RESUMO

O artigo propõe um exercício de representação cartográfica que aprimore a análise das resistências à urbanização corporativa e interseccionalizada e dos tensionamentos das relações sociais de poder, com destaque para a desigualdade de gênero compreendendo-a desde uma perspectiva interseccional, que ocorrem no cotidiano da periferia urbana brasileira. Propõe-se, para isso, um exercício de "ativismo cartográfico" nomeado "Cartografia da Luta pelo Lugar" realizado por meio da espacialização dos eventos geográficos ocorridos na ocupação de terra urbana Cidade Locomotiva localizada em Ribeirão Preto/SP. Para tal, foram selecionados quatro eventos nos quais se destacam as situações vividas no lugar e por sua população para conseguir se manter, com ênfase nos eventos que demonstram um tensionamento da construção social de gênero na luta cotidiana das ocupações urbanas. Com isso, intenta-se também compreender as periferias urbanas para além da luta pela moradia, mas como uma luta pelo lugar.

Palavras-chave: ocupações urbanas, desigualdade de gênero, eventos geográficos, lugar, ativismo cartográfico

RESUMEN

El artículo propone un ejercicio de representación cartográfica que refine el análisis de las resistencias a la urbanización corporativa e interseccionalizada y la tensión de las relaciones sociales de poder, con énfasis en la desigualdad de género comprendiéndola desde una perspectiva interseccional, que ocurre en la vida cotidiana de la periferia urbana brasileña. Para este propósito, se propone un ejercicio de "activismo cartográfico" llamado "Cartografía de la Lucha por el Lugar" a través de la espacialización de eventos geográficos que ocurrieron en la ocupación de tierra urbana Cidade Locomotiva ubicada en Ribeirão Preto/SP. Con este fin, se eligieron cuatro eventos en los que se destacan las situaciones vividas en el lugar y por su población para mantenerse, con énfasis en los eventos que demuestran una tensión en la construcción social de género en la lucha diaria de las ocupaciones urbanas. Con esto, también se propone comprender las periferias urbanas más allá de la lucha por la vivienda, pero como una lucha por el lugar.

Palabras-clave: ocupaciones urbanas, desigualdad de género, eventos geográficos, lugar, activismo cartográfico

ABSTRACT

This paper proposes a cartographic representation exercise that aims to improve the analysis of the resistances to corporate and intersectionalized urbanization and of the tensions in social power relations, with emphasis on gender inequality understood from an intersectional perspective, which occur in the daily life of the Brazilian urban periphery. To this end, a "cartographic activism" exercise called "Cartography of the Struggle for the Place" is presented, carried out through the spatialization of geographic events that occurred in the urban land occupation Cidade Locomotiva located in Ribeirão Preto/SP. Four events were selected, in which the situations experienced in the place by its population to maintain themselves there draw attention, highlighting the events that demonstrate a tension in the social construction of gender in the daily struggle of urban occupations. In this way, there is also an attempt to understand the urban peripheries beyond the struggle for habitation, but as a struggle for the place.

Keywords: urban occupations; gender inequality; geographical events; place; cartographic activism

Introdução

Com o intuito de aprimorar as metodologias investigativas sobre a periferização intrínseca ao processo de urbanização corporativa (Santos, 2008) e interseccionalizada (Rizzatti, 2020) centramos esse artigo nas ocupações de terras urbanas, forma-conteúdo mais recente das periferias urbanas constituída a partir da década de 1980 (Rodrigues, 1988; Bonduki & Kowarick, 1993; Jacobi, 1982), e sua capacidade de tensionar as relações sociais de poder, com destaque para as desigualdades de gênero. Para isso, é necessário pensar essa urbanização de maneira interseccionalizada, entre gênero, raça e classe, devido à formação socioespacial brasileira que enovela racismo-capitalismo-patriarcado (Saffioti, 2015).

Analisaremos a comunidade Cidade Locomotiva localizada na cidade de Ribeirão Preto, no interior do Estado de São Paulo, por meio dos eventos geográficos (Santos, 2017), e um conjunto de gestos-fios (Ribeiro, 2005) que os constituem, que narram as histórias dessa ocupação urbana desde a sua formação até o momento atual. Realizou-se um exercício de representação cartográfica espacializando os eventos que demonstram algumas lutas por esse lugar, com ênfase na participação das mulheres. O exercício foi intitulado "Cartografia da Luta pelo Lugar". Foram selecionados os eventos considerados essenciais para compreender a formação dessa ocupação e as mudanças nos papeis das mulheres que permitiram vislumbrar tensionamentos na construção social de gênero.

Para realizar essa análise, serão debatidos primeiramente os pressupostos teóricos; na sequência, apresentar-se-á como se desenvolveu o exercício de representação cartográfica; em seguida, será exposta a formação da ocupação Cidade Locomotiva, os eventos selecionados para espacialização e a representação cartográfica que será, então, analisada pormenorizadamente com o intuito de visualizar os efêmeros, porém cotidianos, tensionamentos das relações sociais de poder com destaque para as desigualdades de gênero.

Pressupostos teóricos

A formação das ocupações de terras urbanas ocorre através de ações que são planejadas pelas pessoas que as constroem, assim como, por ações impostas pelos vetores da modernização indicando para a constituição de um lugar (Ribeiro, 2005; Rizzatti, 2020). São relações que mesclam as lógicas locais com lógicas externas a ele, inclusive globais, constituindo o sentido global do lugar (Massey, 1994; 2000). Os lugares são, pois, encruzilhadas. É o amálgama dessas relações internas e externas, horizontais e verticais, que gera a singularidade do lugar. Joseli Silva (2009, p. 124) escreve que

> é preciso investigar o processo de formação espacial do local eleito e as características das relações que lhe dão sentido, como os elementos de sociabilidade, os valores instituídos, as redes de poder, e assim por diante. Portanto, conceber a periferia a partir de singularidades, além de constituir uma questão metodológica de escala, permite a construção de indicadores para a operacionalização do conceito de gênero.

É nesse intuito de compreender as singularidades que constituem a periferia urbana que se propõe a Cartografia da Luta pelo Lugar. Nomeou-se de "luta pelo lugar" para enfatizar que é uma luta que vai além da moradia, disputando diretamente, ou indiretamente, os rumos da urbanização corporativa e interseccionalizada. As ocupações urbanas não constroem apenas casas, mas parcelas de cidade onde se intercruzam os vetores da modernização (a ferrovia, o trabalho "produtivo", a legislação urbana etc.) com a cultura do lugar, a unidade básica da vida social (organização da luta, conversas, relações humanas, conflitos, lazer, fazer/ter comida, buscar água, entre infindáveis outras ações associadas ao trabalho "reprodutivo"). Assim, a luta é pelo lugar, e não, por moradias. Trata-se de uma escala geográfica socialmente construída (Santos, 2014; Massey, 1994; Smith, 1997, p. 139; McDowell, 2000).

> Lo que define el lugar son las prácticas socioespaciales, las relaciones sociales de poder y de exclusión; por eso los espacios se superponen y entrecruzan y sus límites son variados y móviles (Massey, 1991; Smith, 1993). Los espacios surgen de las relaciones de poder; las relaciones de poder establecen las normas; y las normas definen los límites, que son tanto sociales como espaciales, porque determinan quién pertenece a un lugar y quién queda excluido, así como la situación o emplazamiento de una determinada experiencia (McDowell, 2000, p. 14, destaque nosso).

A partir dessa compreensão, os eventos geográficos espacializados na representação proposta não se aterão aos limites do local extrapolando-o segundo as relações sociais que permitiram a construção e manutenção da ocupação urbana Cidade Locomotiva. Esses limites se delimitam de maneira flexível de acordo com os eventos que demarcaram a formação desse lugar.

Milton Santos (2017) escreve que

> Se consideramos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou alguma dessas possibilidades existentes no mundo. Mas **o evento também pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social**, isto é, num país, ou numa região, ou num lugar, considerados esse país, essa região, esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo. O lugar é o depositário final, obrigatório, do evento (Santos, 2017, p. 144, destaque nosso).

Além deles há os gestos-fios, as ações invisíveis, não planejadas, anônimas e não-ditas (Ribeiro, 2005). Assim, de modo geral, pode-se compreender que muitos eventos geográficos são compostos por um conjunto de gestos-fios. A proposta de análise de ambos, eventos e gestos-fios, segue as orientações de Ana Clara Torres Ribeiro para a realização de pesquisas "com apoio em metodologias comprometidas com as identidades sociais, os valores culturais e, especialmente, com o reconhecimento da plenitude do Outro" (Ribeiro, 2005, p. 415). Busca-se, assim, desvelar um pouco da "arte de resolver a vida" (Ribeiro, 2013 [2005a]).

Para tanto, deve-se compreender que "não há evento sem ator. Não há evento sem sujeito (...). Nesse sentido toda teoria da ação é, também, uma teoria do evento e vice-versa. Essa assimilação da ideia de evento e da ideia de ação é fundamental para a construção de uma teoria geográfica" (Santos, 2017, p. 146 e 147). Além disso, sendo o eventos a mediação entre o mundo e o lugar (Santos, 2017) e a formação socioespacial brasileira estruturada pelo sistema racista-capitalista-patriarcal (Saffioti, 2015), reproduzida também através do processo de urbanização corporativa e interseccionalizada, os eventos geográficos carregam e expõem essas características, aprofundando-as e/ou questionando-as. Assim, ao analisar os eventos enfatiza-se também a problematização das relações sociais de poder que se constituem de maneira interseccionalizada (Crenshaw, 1989; Gonzalez, 1984; Akotirene, 2019) entre os marcadores sociais da diferença (Brah, 2006) de gênero, raça e classe.

A análise imbricada ganhou força nas pesquisas nos últimos anos a partir do conceito de interseccionalidade cunhado em 1989, nos Estados Unidos, pela afrojurista Kimberlé Crenshaw (1989). A autora utiliza uma analogia com o cruzamento de avenidas para pensar a interseccionalidade e escreve que

> os vários eixos do poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. (...). Essas avenidas são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes (...). Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Como explica Carla Akotirene (2019, p. 14) "a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias (...)". A pesquisadora (2019) frisa ainda que, embora tenha sido Crenshaw quem cunhou o termo interseccionalidade, ele provém das lutas das feministas negras. "É da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade" (Akotirene, 2019, p. 19).

Dentre essas relações desiguais de poder que se intercruzam, será destacada nesse artigo aquelas constituídas pela construção social de gênero que reproduz as desigualdades entre os gêneros. Como explica Joan Scott (1989)

> o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (Scott, 1989, p. 21).

Destacamos que a luta social necessária para a construção e manutenção das ocupações urbanas é essencial e historicamente composta por mulheres, embora não só por elas. Porém considerando a opressão-dominação-exploração imposta a elas por meio do sistema patriarcal-capitalista-racista (Saffioti, 2015) deve-se atentar em como as *mulheres*, principalmente as *mulheres negras*, se fazem presentes nas lutas ao redor da reprodução e manutenção da vida (Massey, 1994; McDowell, 2000; Silva, 2009; Simões *et al.*, 2017; Helene, 2019; Tavares, 2015, entre outras).

É preciso analisar pormenorizadamente essa intensa presença do corpo feminino negro na luta que é mencionada, mas insuficientemente problematizada, e compreender sua capacidade de tensionar as desigualdades de gênero. Assim, "*avancemos, pues, para explorar los aspectos materiales del género y sus relaciones, sin perder nunca de vista la idea de 'lugar' como intersección de un conjunto variado de corrientes e interacciones que operan en un abanico de escalas espaciales*" (McDowell, 2000, p. 19). Nas palavras de Ana Clara Torres Ribeiro

> outras formas de poder incluem vínculos comunitários, experiências religiosas, relações étnicas e aprendizados ancestrais. (...) é preciso realizar o estudo das tendências contra-hegemônicas. Este estudo exige a pesquisa de outras formas de poder que, reunidas na cena urbana, adquirem visibilidade e grande influência nos momentos mais agudos de mudança conjuntural (2013 [2009], p. 198).

Há, assim, o poder da saberia ancestral da população que reside nas periferias urbanas. A manutenção de uma ocupação urbana só é possível devido ao acúmulo de saberes e conhecimentos para além dos trinta, quarenta, cinquenta anos, ou mais, de vida daqueles que a constroem. Possível pela sobreposição de saberes pretéritos que remetem a outros tempos indicando, inclusive, a importância da comunicação para tal sobreposição e a coetaneidade entre passado e futuro (Ribeiro, 2005). Patricia Hill Collins é assertiva quando explica a importância da sabedoria para a mulher negra:

> A distinção entre conhecimento e sabedoria, assim como o uso da experiência como o limite entre os dois, têm sido fundamentais para a sobrevivência da mulher negra. No contexto das opressões interseccionais, a diferença é fundamental. **Conhecimento sem sabedoria é suficiente para os poderosos, mas sabedoria é essencial para a sobrevivência dos subordinados** (Collins, 2019, p. 411, destaque nosso).

A partir dessas compreensões e com o intuito de tentar registrar esse acúmulo de força, saberes e conhecimentos, propõe-se a realização de uma representação que consideramos uma cartografia narrativa. Sabe-se que esse exercício representativo não é uma cartografia *stricto sensu*, o objetivo não é esse. A mobilização do termo cartografia se deve à disputa que ele gera e que vem se intensificando com a ampliação do alcance das tecnologias que permite a representação de elementos visíveis e invisíveis numa imagem (Archela & Théry, 2008). Entretanto isso não é suficiente para a concepção de um mapa (ibidem).

Como escreve Renato Emerson dos Santos "A luta contra a invisibilidade (...) vem assumindo também a forma de uma disputa cartográfica – a partir da difundida ideia de que como diz o ditado, o que "sumiu do mapa" não existe e, portanto, aparecer no mapa é atestar e legitimar sua existência, condição para o reconhecimento e sustentabilidade" (Santos, 2019, p. 07). Entende-se, portanto, que a luta pelos lugares precisa aparecer nos mapas. Com o intuito de respeitar a complexidade que envolve a elaboração cartográfica utilizamos o termo cartografia, conscientemente num sentido *lato*, e os produtos visuais resultantes desse exercício são, então, considerados como representações e não como mapas.

Intenta-se, com isso, ampliar possibilidades sem desrespeitar rigores necessários.

Dessa maneira, disputar o uso da racionalidade veiculada também por meio da cartografia exige compreender seus instrumentos técnicos de controle, isso quer dizer, os *softwares*, os serviços de mapas *online*, banco de dados, fotografias, computação gráfica (Santos, 2011). É uma relação intrínseca entre tecnosfera e psicosfera (ibidem), entre sistemas de objetos e sistemas de ações (Santos, 2017). Exige-se, para realizar essas outras cartografias, racionalidades alternativas. E, para isso, é necessário encontrar os movimentos sociais e as disputas territoriais menos visíveis. Como propõe Ribeiro, "as estratégias e as táticas do "Outro" formam uma cartografia muito diferente daquela desenhada pela ação esperada nos espaços públicos da modernidade" (2013 [2009], p. 199). A autora ainda explica que

> Hoje é necessária uma cartografia que valorize o contexto da ação, vínculos sociais, vivencias e experiencias. Uma cartografia objetiva e subjetiva que não renegue o pequeno, **aquilo que, mesmo fugaz, pode ser de extrema importância** por ser a única resistência possível nos enredos e descaminhos do mapa do medo. (...). Na cartografia predominante, desaparece a vida de relações, empobrecendo as representações da experiência social (Ribeiro, 2010, p. 30, destaque nosso).

Elaborou-se, assim, um exercício de representação cartográfica considerando o que Renato E. dos Santos (2011) chama de "ativismo cartográfico" que possui quatro vetores centrais de práticas que vão crescendo e se fortalecendo: "1) o debate acadêmico sobre as representações espaciais; 2) o uso de cartografias como instrumentos de luta; 3) o uso de cartografias como tecnologias sociais de gestão pelo Estado; 4) cartografias como sistemas de informações, "meio" de comunicação e representação cujo controle é o objeto de disputa" (idem, p. 03). Com base nisso, será apresentado na sequência como se elaborou o exercício cartográfico.

Elaboração da cartografia da luta pelo lugar

o exercício da Cartografia da Luta pelo Lugar foi realizada na comunidade Cidade Locomotiva, localizada em Ribeirão Preto/SP, em parceria com a líder da ocupação Jucilene Sena e outras diretoras, majoritariamente mulheres negras, que puderam e quiseram participar. Organizamos oficinas para elaborar a narrativa do lugar que, como deve ser, se mescla com a história de suas vidas. A partir desses relatos foram selecionados, em conjunto com a pesquisadora, os eventos geográficos que marcaram essa formação com ênfase nos momentos nos quais elas foram protagonistas das ações. Posteriormente foi desenvolvida, pela própria investigadora, uma iconografia para a espacialização dos eventos que foi apresentada e debatida com a líder.

Após a seleção dos eventos a serem espacializados foi necessário: 1) localizar o evento (podendo-se extrapolar o local e permitindo delimitar os limites flexíveis do lugar); 2) definir os/as agentes envolvidos/as; 3) compreender como se distribui o acúmulo de forças entre eles/as; 4) entender como essa distribuição se altera de um evento para outro; 5) delimitar a duração relativa de cada um dos eventos; e, embora não seja obrigatório, 6) considerar outros objetos, técnicas e ações importantes para entender a formação do lugar, sejam eles constituidores de uma materialidade, como a própria ocupação, inovações técnicas, ou a dinâmica de algum objeto específico; ou imateriais, como a ocorrência de pactos, leis, acordos, novos usos, entre outras imaterialidades, que ajudem a delimitar o evento, sendo que pode ser esse objeto, técnica ou ação o evento em si. Por exemplo, com o estabelecimento de um pacto, a instituição de uma lei e assim por diante. Além disso, os itens 4 e 5 são representados a partir do estabelecimento de relações entre o conjunto de eventos selecionados, pois é pela visão desse "todo", ou seja, da narrativa que se pretende contar através da representação cartográfica, que se permitirá definir a distribuição do acúmulo de forças entre os/as agentes envolvidos/as em cada evento e a sua duração relativa.

A iconografia selecionada para este exercício para representar os/as agentes e materialidades principais foi:

- Estado (representado através do seu braço armado: a Polícia Militar) – policial;
- Líder mulher – lutadora de boxe com luvas em cor lilás;
- Líderes homens – lutador de boxe com luvas em cor laranja;
- Diretoras mulheres – pessoa em cor lilás;
- Ocupação de terra urbana – barracos;
- Rede de distribuição de água – torneira;
- Confronto com potencial de violência – fogueira vermelha;
- Círculos de pontos até linha contigua – tempo de duração do evento;
- Tamanho dos símbolos – acúmulo de força de cada agente envolvido no evento.
- Apresentamos na figura 1 a iconografia desenvolvida para a espacialização dos eventos geográficos da luta pelo lugar.



Figura 1 – Iconografia da Cartografia da Luta pelo Lugar da Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)
Elaboração: Pela pesquisadora (2020)

Esses ícones alteram de tamanho quando há mudança, ainda que momentânea, do acúmulo de força de cada um dos/as agentes. Os tamanhos de cada símbolo deve ser comparado entre os/as agentes que compõem o mesmo evento e em relação ao conjunto de eventos espacializados. Dentre os ícones escolhidos para simbolizar as materialidades (ocupação urbana e rede de distribuição de água), apenas as ocupações urbanas apresentam alteração de tamanho com o intuito de auxiliar na compreensão sobre o acúmulo de força adquirido pelo lugar. Enquanto o ícone indicando confronto, com potencial de violência, aponta um componente importante do evento, posto que, a eminência de violência deve ser considerada para a interpretação das forças em disputa. Nomeamos como confrontos, e não como conflitos, porque estes são essenciais à vida de relações por movê-las, enquanto os confrontos se referem à iminência do uso de violência física que não é necessária para fomentar mudanças ainda que algumas vezes o faça.

A mudança do tamanho dos ícones, que indica a alteração no acúmulo de força que cada agente possui em cada evento, exigiu uma longa reflexão. A escolha de considerar que o que se altera é a quantidade de força que cada agente acumula, paralisando na representação o que é extremamente efêmero e dinâmico na realidade, se fundamenta na compreensão elaborada por Milton Santos, e compartilhada por Ana Clara Torres Ribeiro, sobre a

força das pessoas que vivem nas periferias urbanas sob uma temporalidade alternativa denominada como "tempo lento" (Santos, 2013; Ribeiro, 2013).

Como explica Guilherme Boulos (2015), um dos líderes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), o acúmulo de forças por parte do Estado e da ocupação é um elemento importante para viabilizar ou impedir as remoções, o que norteia a luta pelo lugar: manter a ocupação ainda que em outro local. Ressaltamos que remover uma ocupação não significa o fim desta nem mesmo sua derrota, tal constatação (se é que é possível de ser feita) dar-se-ia pela total dispersão da organização que deu origem àquele lugar (a ocupação). Isso porque a análise considera a escala do lugar, pois se fosse realizada na escala do corpo a compreensão sobre a continuidade poderia acompanhar os novos lugares ou locais nos quais a/o agente dinamizasse sua luta pelo direito à moradia, à cidade e ao território. No caso desse exercício essa dinamização acontece em certa medida com relação às lideranças da comunidade, pois os eventos geográficos da luta pelo lugar acompanham uma parte das suas dinâmicas territoriais como será exposto quando forem apresentados na próxima parte do texto.

Atentemo-nos, não se perde a força, mas ela pode se desconcentrar em alguns momentos nos quais a luta precisará se reorganizar para se fortalecer novamente. Isso vale tanto para o Estado quanto para a sociedade, assim como, nas relações de gênero. Além disso, a força se redistribui em cada evento segundo as/os agentes envolvidas/os. Por isso, é necessário analisar o conjunto de eventos selecionados para poder compreender a dinâmica do acúmulo e arrefecimento de força entre um e outro.

Os ícones que compõem cada evento são delimitados por um círculo, na cor vermelha, que, segundo sua menor ou maior contiguidade (indo do pontilhado, passando pelo tracejado e chegando até a linha contigua), indica a duração temporal do evento. Esta deve ser considerada diferenciando-a em relação ao conjunto dos eventos. Assim, propõe-se uma maneira de marcar a duração de tempo relativa de cada evento geográfico espacializado além de delimitar os ícones representativos envolvidos em cada evento. Para pensar essas durações apoiou-se na seguinte passagem de Milton Santos:

> Há os acontecimentos que se dão sem plano algum, como que de surpresa. Outros são planejados. E a vontade de determinar o futuro se explicita segundo diversos horizontes temporais, desde o curtíssimo ao mais longo prazo. (...). O evento é sempre presente, mas o presente não é obrigatoriamente o instantâneo. **Daí decorre a ideia de duração, isto é, do lapso de tempo em que um dado evento, guardando suas características constitucionais, tem presença eficaz.** Isso é importante reconhecer, quando desejamos distinguir a ação de eventos consecutivos ou simultâneos (2017, p. 148 e 149, destaque nosso).

Finalmente, não se considera que foi feita uma cartografia social, posto que a representação cartográfica foi elaborada pela pesquisadora após o levantamento de sugestões por parte das entrevistadas nas oficinas. Tampouco se trata de uma cartografia participativa porque poucos/as moradores da área fizeram parte das oficinas especificamente para esse fim, de modo que, não se configurou uma atividade com representatividade suficiente para ser considerada participativa. Trata-se, assim, de um ativismo cartográfico (Santos, 2011) que se propõe a "colocar no mapa" essa luta e, dessa maneira, fortalecê-la. As oficinas foram realizadas no âmbito do que a pesquisadora denomina como trabalhos de campo interativos que têm o intuito de retribuir ao lugar uma pequena parcela de todo o conhecimento adquirido por meio dele. Assim, foram feitas oficinas segundo as demandas da população e, dentre elas, também às voltadas para a elaboração da Cartografia da Luta pelo Lutar.

Na sequência apresenta-se mais detalhadamente a comunidade Cidade Locomotiva, a representação elaborada e sua análise pormenorizada.

A cartografia da luta pelo lugar da comunidade cidade locomotiva

Selecionou-se para a realização do exercício cartográfico a comunidade Cidade Locomotiva localizada nos arredores do Aeroporto Estadual Leite Lopes na zona norte na cidade de Ribeirão Preto/SP, ocupada em fevereiro de 2014 após a remoção de uma ocupação anterior no bairro Ribeirão Verde (também localizada nas proximidades do aeroporto). As principais lideranças da Cidade Locomotiva se conheceram nessa ocupação prévia que ocorreu no ano de 2013. E, embora poucas famílias tenham acompanhado a chegada das e dos líderes na nova área, poucos meses após o início da ocupação, no novo e atual local, foram para lá diversas famílias que estavam na ocupação anterior no bairro Ribeirão Verde. Há, assim, uma considerável continuidade nessas ocupações ampliando sua dimensão tempo-espacial. Hoje, vivem na Cidade Locomotiva 370 famílias (ao redor de mil pessoas) e, no momento, não está permitida a construção de novas casas.

A ocupação possui esse nome, pois ela se instalou num terreno urbano, vazio e sem uso, majoritariamente de propriedade da União, às margens da Ferrovia Central Atlântica (FCA), atualmente sob concessão da empresa de logística VLI - instituindo-se como importante vetor de modernização do lugar -, e havia no local dezenas de vagões de trem abandonados. Parte deles foram transformados em entulhos para o aterro da área e outra parte, ao redor de dez vagões, foram transformados em moradias e são utilizados como tal, principalmente, pelas lideranças da comunidade. É possível visualizá-la na figura 2.

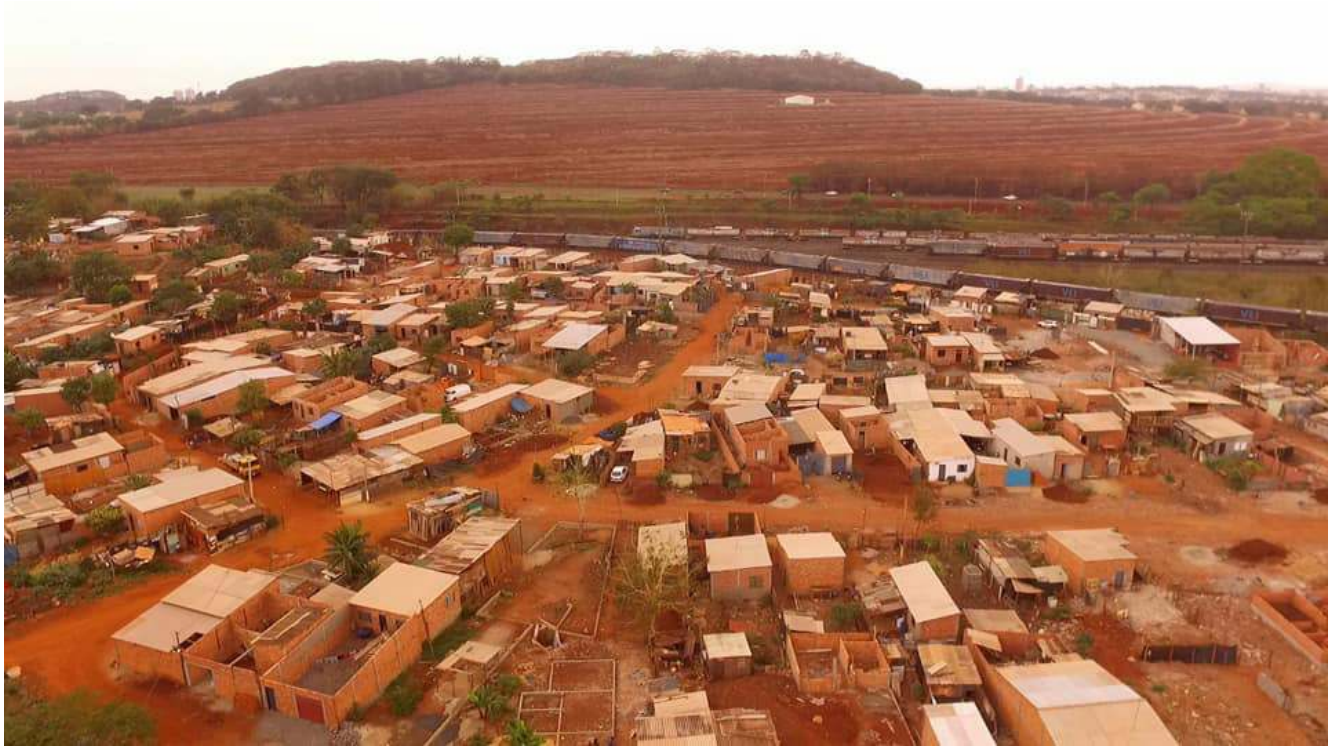


Figura 2 – Comunidade Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)
Fonte: *Página do Facebook Cidade Locomotiva (2019)*

Os e as líderes da Cidade Locomotiva fazem parte do movimento social organizado União dos Movimentos por Moradia (UMM), fundado em 1987. Trata-se de uma importante organização que articula diversos movimentos que atuam em áreas de favelas, cortiços, mutirões, ocupações e loteamentos. A ocupação ribeirão-pretana é organizada por um grupo subdividido entre a presidenta, Jucilene Sena, outros líderes homens e a diretoria, majoritariamente, composta por mulheres.

Para realizar a análise proposta tivemos de escolher dentre os inúmeros eventos geográficos que ocorrem na história desse lugar e, assim, assumir os riscos das escolhas, pois analisar tudo o que acontece no processo de formação das ocupações urbanas é impossível. E mais do que isso, a teórica soma de todos os eventos não leva à compreensão da totalidade

(Kosik, 1976). Esta só é mensurável pelo entendimento dos sentidos dos eventos geográficos (Santos, 2017; Silveira, 1999). Assim, a seleção dos eventos a serem espacializados foi feita a partir daqueles que permitiram a continuidade da ocupação e aqueles nos quais as mulheres (enquanto líder e diretoras) protagonizaram as ações. Como se verá, em meio a essa luta a opressão-dominação-exploração sistêmica também surge reproduzindo-se e gerando resistências. Além disso, as histórias pessoais e coletivas se mesclam à história da luta pelo lugar possibilitando, em certa medida, atingir a escala do corpo.

Para elaborar a Cartografia da Luta pelo Lugar da comunidade Cidade Locomotiva foram, então, selecionados os quatro eventos descritos na sequência e, posteriormente, analisados junto da explicação das escolhas feitas para espacializá-los. Nessa análise, focou-se no âmbito de compreender os sentidos dos eventos quanto à capacidade de resistência à urbanização corporativa e interseccionalizada, ainda que reproduzindo-a em certa medida, e aos tensionamentos das desigualdades de gênero ocorridos em meio à luta pelo lugar, ainda que estas desigualdades também sejam reproduzidas nele.

Os quatro eventos geográficos selecionados para esse exercício de cartografia narrativa, no intuito de realizar um "ativismo cartográfico", foram:

1. **Remoção da ocupação do bairro Ribeirão Verde e início da formação das e dos líderes da Cidade Locomotiva – Dezembro/2013:**

   Foi nessa ocupação que as lideranças da Cidade Locomotiva se conheceram e começaram a participar da União dos Movimentos de Moradias (UMM), apenas uma delas participava antes disso. Para Jucilene Sena, essa foi a primeira ocupação da qual ela participou. A ocupação se manteve nesse local por, aproximadamente, um ano e após sete mandatos de reintegração de posse esta foi efetivada em dezembro de 2013.

2. Ocupação da Cidade Locomotiva – Fevereiro/2014:

   Nesse evento inicia-se a ocupação no local onde está até hoje e consolida-se a formação do grupo de lideranças que atua nela e que se conheceram no evento anterior, permitindo, assim, a formação de uma nova diretoria (composta majoritariamente por mulheres).

3. **Criação da Associação de Moradores Cidade Locomotiva (AMCL) – Fevereiro/2018:**

   Após quatro anos construindo e mantendo a ocupação, as e os líderes conseguiram instituir de maneira formal a Associação de Moradores do Bairro tendo como presidenta a líder Jucilene Sena.

4. Reinstalação da rede irregular de distribuição de água – Fevereiro/2019:
   Remoção e reinstalação de parcela da rede irregular e informal de distribuição de água, evento que durou de agosto de 2018 a fevereiro de 2019. Na figura 3 apresenta-se a representação da Cartografia da Luta pelo Lugar da Cidade Locomotiva.



Figura 3 – Representação da Cartografia da Luta pelo Lugar da comunidade Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)
Fonte: *Google Mapas (2020). Elaboração: autoria da pesquisadora (2020)*

Dentro de cada retângulo delimita-se os/as agentes que participaram diretamente do evento e indica-se o número a que se refere cada evento, sendo que os eventos 2 e 3 estão representados conjuntamente. Entre o primeiro e o último deles ocorre um considerável processo de compreensão e acúmulo de conhecimentos e saberes sobre a luta por moradia, e, consequentemente, pelo direito ao território (Santos, 2014), por parte das lideranças da Cidade Locomotiva. Assim como, há um processo que se dá em paralelo com a constituição da líder e das diretoras mulheres que acumulam e arrefecem força devido às reproduções e possíveis tensionamentos, ainda que momentâneos, das desigualdades de gênero.

O **evento 1** ocorre em local diferente da ocupação Cidade Locomotiva, porém é quando as lideranças desta começam a se constituir, de modo que faz parte da construção dessa ocupação o período no qual viveram em outro local. São as fronteiras flexíveis do lugar que se dão pelo acontecer social, e essa ocupação anterior no bairro Ribeirão Verde é essencial para entender a história da Cidade Locomotiva por ter sido onde as principais lideranças da comunidade se conheceram e se formaram na luta social.

O acúmulo de força da Polícia Militar, em detrimento da força das lideranças, se deve ao fato de a reintegração de posse ter sido efetivada, ainda que, sem o uso de violência física. Não obstante, trata-se de uma violência, posto que, a destruição de suas casas obrigando-os/as a recomeçar em outro lugar é violento. Não se deve naturalizar as remoções, mesmo que sejam efetivadas sem as horríveis cenas de violência física por parte do braço armado do Estado. Apesar disso, o tamanho do ícone dos líderes homens (que é maior do que o da líder mulher) indica um considerável acúmulo de força perceptível pela remoção ter acontecido de maneira menos agressiva. As atuais lideranças da Cidade Locomotiva, que começaram a se constituir durante essa ocupação, conseguiram negociar a reintegração de posse, por isso, fazem parte da espacialização, pois indica que acumularam considerável força. Percebe-se a possível constituição de novos sujeitos coletivos devido às novas ma-

tizes discursivas que foram adquirindo através da luta (Rodrigues, 1988), com destaque para a líder Jucilene como veremos no evento 3.

As lideranças terem conseguido anular seis mandatos de reintegração de posse é um importante indício de acúmulo de força. Ademais, o ícone do confronto, demonstrando iminência de violência, não foi efetivado. E esse não é um fato pequeno. Conseguir uma remoção sem uso de violência física por parte da PM é uma vitória, ainda que parcial, para a luta pelo direito à moradia digna e pelo lugar. É a partir dessa constatação, inclusive, que se pode interpretar a distribuição de forças nesse evento. Não se trata necessariamente de uma perda de força pela Polícia Militar (é difícil afirmar isso de um agente que é autorizado a utilizar de quase toda e qualquer violência para atingir seu objetivo), mas, sim, de um acúmulo de força por parte das lideranças, força esta provinda da organização, do saber e do conhecimento dinamizados por meio do cotidiano e do movimento organizado.

As remoções/reintegrações de modo geral, ainda mais quando fisicamente violentas, reproduzem e aprofundam a urbanização corporativa e interseccionalizada (Rizzatti, 2020), de modo que esse evento demonstra uma considerável capacidade de resistência a esse processo. E essa capacidade se ampliará no próximo evento. Como escreve Pedro Jacobi:

> A resolução do problema [das ocupações de terras urbanas] sob uma ação policial, mesmo em cumprimento de ordem judicial, não só não resolve a questão como acirra as condições objetivas que geraram e continuam a gerar estes fatos. Os pobres dentre os pobres da cidade não têm outra alternativa senão ocupar espaços de terra sob os riscos de sua expulsão dado que a maioria da população de baixa renda está sistematicamente excluída dos programas habitacionais do governo [além desses não se proporem objetivamente a solucionar o problema habitacional dessa parcela da população] (Jacobi, 1982, p. 69).

Trata-se de uma expressão da formação socioespacial brasileira (Santos, 2017) que enovela as desigualdades estruturais aliançadas, também, pelo poder judiciário que possui um importante papel nessa manutenção. Como escreve Santos:

> O aparelho judicial brasileiro – assim como as instâncias preparatórias dos processos, por exemplo, a polícia – não está estruturado para a proteção dos direitos expressos em lei, sobretudo para a proteção dos pobres. (…). Para os pobres, a justiça é mais barreira intransponível que uma porta aberta. (…). As formas de distorção da condição de cidadão são extremamente numerosas e, em muitos casos, sutis e sofisticadas. As relações entre a sociedade civil e o Estado tornam-se, cada vez mais, objeto de deformações e enviesamentos, mistificações sabiamente engendradas (Santos, 2014, p. 90).

Além disso, está representado o símbolo da ocupação, pois essa materialidade foi constituída nesse local durante o período de quase um ano. Esse ícone, entretanto, se apresenta em tamanho menor do que no evento 2 e 3, pois, nestes, a ocupação se mantém por sete anos e segue existindo até hoje. Quanto à líder mulher, ela possui o menor tamanho em relação aos outros eventos, posto que, é neste primeiro quando Jucilene entra na luta assumindo, ainda, poucas e pequenas responsabilidades. Além de não estar representado o ícone das diretoras da ocupação, pois elas só se tornam parte da diretoria no próximo evento.

No **evento geográfico 2** representa-se oficialmente a ocupação da Cidade Locomotiva, iniciada em fevereiro de 2014 e que se mantém até hoje. Por isso, esse evento tem a duração mais longa dentre todos, como é possível verificar pela contiguidade do círculo que o delimita. Consideramos que há acúmulo de força pelas lideranças, porque conseguiram manter o lugar. O tamanho do ícone da líder mulher se deve à importância e força que Jucilene acumulou entre a ocupação anterior e esta, culminando na sua instituição como presidenta da Associação dos Moradores, fato que será analisado no próximo evento. Há, também, a inserção das diretoras mulheres que aponta para a organização de uma nova diretoria nessa nova ocupação. Ou seja, os e as líderes acumularam força e já deixaram de estar como diretores, como ocorria na ocupação anterior, instituindo uma nova diretoria e possibilitando a formação de novas lideranças. Entretanto, o símbolo das diretoras mulheres atingirá seu máximo acúmulo de força no evento 4.

Quanto à força policial, se apresenta com o tamanho reduzido em relação ao evento anterior, pois, até hoje, esse agente não conseguiu realizar nenhuma remoção, ou reinte-

gração de posse, na área. Embora a propriedade da terra onde a ocupação se instalou seja, principalmente, da União, devido à proximidade com a Ferrovia Central Atlântica, uma pequena parcela é de propriedade do município e há uma parte, ainda menor, que é da empresa de logística VLI. Nestas duas últimas parcelas do terreno já ocorreram tentativas de reintegração de posse que não se efetivaram, demonstrando o acúmulo de força por parte das lideranças. Ainda assim, a PM entra diversas vezes por ano para fazer "ronda" na comunidade e, logo que entra, moradores e moradoras enviam mensagens no grupo de *Whatsapp* informando-comunicando. É nítido como sua presença é incômoda para toda a população. Apesar disso, não foi incluído o ícone do confronto, pois nunca foi registrada a entrada de policiais especificamente para ações de remoção/reintegração. Também acrescentamos o maior símbolo da ocupação devido à importância dessa materialidade neste evento, assim como, sua estabilidade no sentido da permanência.

O **evento geográfico 3** se trata da instituição da Associação de Moradores Cidade Locomotiva (AMCL) em fevereiro de 2018. Ele foi espacializado juntamente com o evento 2 e é representado no tamanho do ícone da líder mulher e na sigla da associação que consta no símbolo da ocupação urbana. É o evento no qual Jucilene Sena acumula mais força que qualquer outro agente. Isso se deve ao cargo de presidência ocupado por ela na associação, porém, é mais do que isso, pois refere-se ao acúmulo de conhecimento, saber e capacidade de gestão adquirido e mobilizado pela líder o que resulta em acúmulo de força. Enquanto os líderes homens e as diretoras mulheres apresentam um tamanho menor, pois é Jucilene a agente que mais concentra força neste evento.

Ainda que não seja uma novidade na luta por moradia a presença de mulheres negras como líderes, o interessante nesse evento é a constituição de Jucilene enquanto liderança no período de quatro anos. Como a própria líder relatou não se tratou de um processo fácil e sem obstáculos (quadro 1).

Jucilene nos conta que ouviu falar da ocupação no bairro Ribeirão Verde por uma colega de trabalho e decidiu ir, porque não estava conseguindo pagar o aluguel. Deixou seu único filho com sua mãe, que reside na cidade de Porto Ferreira (a noventa quilômetros de Ribeirão Preto), e foi para a ocupação. Chegando lá, não ficou na fila para a distribuição de terrenos, como orientado pelos organizadores. Encontrou um terreno demarcado e começou a capinar gerando certo conflito com os mesmos, porém possibilitando a aproximação deles para resolver devidamente a questão. Como estava de férias do serviço, foi ajudando o pessoal da organização: marcando os nomes dos moradores no "caderninho", dividindo a comida e outras doações que chegavam e, assim, foi se envolvendo com o movimento organizado. Hoje é presidenta da Associação de Moradores Cidade Locomotiva, anteriormente era secretária e cada dia vê mais sentido na luta. Antes de chegar na primeira ocupação (no Ribeirão Verde), estava para se casar com seu então namorado, porém ele a ameaçou dizendo que se ela fosse para a ocupação ele não continuaria com ela, porque não era coisa de "mulher direita" participar de ocupação. Mesmo assim, ela foi e eles se separaram. Hoje, diz que não se imaginaria naquela vida de casada, tendo que cozinhar e lavar roupa de marido. Conta ainda que tem aprendido muito participando do movimento e não quer sair. Mas o dia a dia não é fácil, tem que fazer muita coisa, há muitos conflitos entre as lideranças e com as e os moradores. Ainda assim, considera a parceria dos outros companheiros e companheiras de luta muito importante, porque cada um soma com um pouco do que sabe. Seu filho voltou a morar com ela logo que conseguiu arrumar sua casa em um dos vagões da ocupação da Cidade Locomotiva.

Quadro 1 – Relato da líder Jucilene Sena sobre a da luta por moradia (Cidade Locomotiva – Ribeirão Preto/SP)
Fonte: *trabalho de campo da pesquisadora (maio de 2018)*

É notável como a desigualdade de gênero está intrinsicamente relacionada com as liberdades de escolha de uma mulher. Jucilene destaca dois pontos como fundamentais para sua autonomia: a participação no movimento de moradia, e o fato de não estar trabalhando especificamente como dona-de-casa (trabalho "reprodutivo"). Esses elementos embatem diretamente com a construção social de gênero que direciona expectativas e limita as possibilidades na vida das mulheres (Federici, 2017; McDowell, 2000; Scott, 1989; Valentine, 2007). O que Jucilene relata é a coragem necessária para ir contra tais expectativas que são associadas às mulheres, sem que as tenhamos escolhido. Como escreve Patricia Hill Collins (2019, p. 424), "Ao procurar dados em dimensões de sua vida pessoal que são sistematica-

mente excluídas das abordagens positivistas de validação do conhecimento, [aponta-se à] experiência vivida como um critério de significado".

O uso do termo "mulher direita" demonstra a pressão e controle social, característicos da construção social de gênero, que há sobre o corpo da mulher e as possibilidades na vida. Busca-se com isso reduzir sua autonomia. Indicar que "mulher direita" é aquela que não ocupa, significa destinar que a mulher, pobre, negra, chefe de domicílio, monoparental está fadada a pagar aluguel, ou a morar de favor, durante toda a vida. Está "destinada", assim, a uma reduzida autonomia. Quando se associa essa pouca autonomia aos baixos salários recebidos, majoritariamente por essa parcela da população, imobiliza-se a vida dessas mulheres. E, como explicado por Federici (2017; 2019), é justamente esse um dos objetivos do sistema capitalista que se associa ao racismo e ao patriarcado desde a sua gênese. Ou seja, ter o controle sobre o corpo da mulher para que este atenda aos fins necessários para a manutenção desse modo de produção: o trabalho doméstico e não remunerado de reprodução da vida e da força de trabalho.

Além disso, a sobrecarga gerada nas mulheres pela obrigatoriedade de realizar os trabalhos "reprodutivos" levam à dinâmicas familiares intensas, como se verifica no relato de Jucilene. Marianna Moreira (2015), a partir da pesquisa que realizou em ocupações de imóveis vazios, se detêm nessa dinâmica e explica que

> é preciso nos desfazermos da imagem estática da unidade doméstica, visto que as análises pautadas em 'tipologias residenciais' – de diferentes categorias residenciais – se adaptaram particularmente mal às populações pobres urbanas, uma vez que obscurecem aspectos fundamentais da organização do grupo doméstico: sua flexibilidade e suas mutações no tempo (Moreira, 2015, p. 91).

A autora acima aponta inclusive como o cuidado das crianças exige a negociação de diversas fronteiras (de gênero, raça, etnia, geração, religião etc.), dentre as quais destacamos, no relato da líder, a geracional. Seu filho chega a ficar mais de um ano com a mãe de Jucilene (Dona Ana Sena) na cidade de Porto Ferreira e, hoje, está com a líder e seu atual companheiro na Cidade Locomotiva.

Para além disso, nota-se que a incorporação à luta por parte de Jucilene, a levou não só a participar da ocupação, bem como a organizá-la e, junto disso, também lhe possibilitou elaborar novas matizes discursivas quanto à construção social de gênero, o que nos permite compreender seu caminhar pessoal no sentido da constituição de um sujeito coletivo que tensiona as desigualdades de gênero e a construção social deste.

Ao mesmo tempo, e também expondo os limites da importância de se ter uma mulher como presidenta da associação, há uma redução do protagonismo da líder em momentos de representação para além do lugar. Ou seja, quando as lideranças participam de programas na mídia local, ou fazem exposições nas casas legislativas municipais e estaduais, são os líderes homens que representam a comunidade. Enquanto nas reuniões entre as lideranças das outras comunidades de Ribeirão Preto, principalmente aquelas vinculadas à UMM, isso não ocorre, indicando que nas fronteiras do lugar Jucilene é considerada capaz, por ela mesma e pelos companheiros de luta, de representar a comunidade. Reconhecimento que não se mantém quando se extrapola essas fronteiras, quando sai do que pode ser compreendido como o "espaço privado" da luta por moradia entre as lideranças da UMM. Nota-se aqui uma divisão do trabalho na luta social que se baseia na construção social de gênero. Não obstante, esses limites tendem a ser ultrapassados com o acúmulo dos saberes e conhecimentos por parte da líder - como se sugestiona ao observarmos as mudanças significativas de Jucilene nas fotografias expostas na figura 4.

Na imagem de cima à esquerda é notável como a única líder que está tomando nota na reunião é Jucilene Sena, as outras mulheres presentes na foto são representantes do poder público. Na fotografia à direita não há participação da líder na reunião junto ao poder público local, nela estão presentes também algumas das principais lideranças da UMM a nível regional. Já nas imagens de baixo, mais recentes, altera-se um pouco essa disposição. À esquerda nota-se como a mesma líder possui mais centralidade, talvez mais força, na

reunião realizada fora na própria Cidade Locomotiva. E à direita visualiza-se uma reunião feita com o secretário de Planejamento e Gestão Urbana de Ribeirão Preto, Edsom Ortega (PSDB), em março de 2020, na qual são notáveis algumas mudanças: além da presença de mais lideranças mulheres, a líder da Cidade Locomotiva (que segue sendo a única a tomar nota) também demonstra uma posição mais fortalecida, talvez mais à vontade, nesse espaço, por excelência, dominado por homens, brancos e de classe de renda mais alta.



Figura 4 – Reuniões com o poder público e no vagão social da Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)
Fonte: *Página do Facebook Cidade Locomotiva (2018, 2018, 2019 e 2020)*

Ainda sobre o evento 3 há mais elementos possíveis de serem analisados. Dentre eles, a data de quando ocorreu. Oficializa-se a associação após quatro anos da ocupação, nesse meio tempo, já havia sido instalada a rede de energia elétrica, de distribuição de água, de saneamento, o acesso à internet, além de todas as 370 casas que compõem a ocupação. Como aponta Souza (2011):

> as associações de moradores exercem o papel de agências de 'intermediação jurídica' (no sentido de uma juricidade alternativa, não estatal) (...). Transação de compra e venda contam, (...) pelo Brasil afora, com líderes de associações de moradores como testemunhas; as associações de moradores 'oficializam' tais transações e os documentos daí decorrentes – muitas vezes um simples papel escrito à mão -, invocando um poder normativo e regulador geralmente reconhecido pelos moradores, por meio do carimbo da entidade e da assinatura de um representante seu. (...) sob a mediação de uma instância microlocalmente reconhecida como possuindo legitimidade normativa também nesse terreno (p. 156).

Logo, a constituição das associações de moradores é uma importante estratégia para resistir à urbanização corporativa e interseccionalizada, ainda que em certa medida a reproduza, posto que, busca ocupar a intencional ausência de representatividade jurídica para a população residente nas periferias urbanas (Rizzatti & Silva, 2017). Entretanto, o tempo necessário para essa instituição demonstra como não se trata de algo simples. Um evidente obstáculo é a alfabetização eficiente para lidar com a documentação exigida para essa constituição, além de aprendizagens de como lidar, de modo geral, com as complexas burocracias do poder público. Assim, esse evento indica acúmulo de força, conhecimento e sabedoria pelas lideranças como um todo. Através da instituição de uma associação de maneira formal possibilita-se, além do que já foi descrito pelo autor supracitado, que a ocupação tenha um CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), o que potencializa ou-

tras estratégias de luta. Por exemplo, permite entrar com pedidos na prefeitura, participar de editais de diversos tipos, protocolar ações e demandas em diferentes órgãos públicos e privados etc. Além disso, pode ser utilizado na luta de outras ocupações parceiras ampliando a força da periferia urbana.

O **evento geográfico 4**, último selecionado para a realização desse exercício de presentação cartográfica, tem início com a retirada de parte da rede de distribuição de água que já havia sido implantada de maneira irregular e informal pela própria população em toda a Cidade Locomotiva. Foi proposto pelas lideranças essa retirada com a intenção de que o DAERP (Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto) a reimplantasse de maneira formal e regular, inclusive com a instalação dos hidrômetros nas casas, podendo-se assim iniciar o pagamento desse serviço.

Para que a AMCL acordasse com a população essa estratégia de retirada de parte da rede, a proposta foi debatida por alguns dias através do grupo do *Whatsapp* e também em reuniões presenciais. O principal argumento utilizado foi o da facilitação do processo de regularização, que é o norte seguido pela associação para definir as principais estratégias de luta. Ao fim, decidiu-se pela retirada em agosto de 2018, porém a devida reinstalação da nova rede pelo DAERP nunca foi feita, sendo reimplantada em fevereiro de 2019 pela própria população. A análise do conjunto de gestos-fios que constituem esse evento é de muita riqueza.

Durante todo esse período de agosto de 2018 a fevereiro de 2019, a população localizada na área de onde removeu-se a rede (rua 1 e parte das ruas 2 e 3) teve que recorrer aos caminhões-pipas que, segundo o acordado com o órgão responsável, viriam duas vezes por dia (teoricamente em horários fixos, que seriam às dez horas da manhã e às quinze horas) levando, ao todo, dezoito litros de água (um caminhão de doze litros pela manhã e um de seis litros de tarde). Porém, inúmeras vezes o caminhão-pipa não foi, ou não cumpriu com os horários combinados, e a população chegou a ficar três dias seguidos sem receber água.

Ocorreram conflitos que duraram dias no grupo do aplicativo e com a chegada das chuvas em dezembro, que além de causar alagamento da área impediam a entrada dos caminhões-pipas pela possibilidade de atolar, vieram também as altas temperaturas do verão ribeirão-pretano. Acirraram-se os conflitos nos quais as mulheres eram as principais mediadoras, afinal, elas foram diretamente sobrecarregadas pela falta d'água ao terem, ainda mais, dificultada a realização das atividades "reprodutivas" sem o acesso a esse recurso básico. Fazer comida, lavar a casa, lavar roupas, dar banho nas crianças se tornam desafios ainda maiores do que já são em ocupações urbanas. Assim, eram as mulheres quem iniciavam os conflitos em busca de uma solução para a falta d'água. Não obstante, também eram as principais organizadoras da dinâmica de distribuição de água definindo as rotas que fariam os caminhões-pipa em cada dia, de modo que, se a quantidade de água disponibilizada não fosse suficiente para todas as famílias, não fossem sempre as mesmas que ficassem sem o recurso. Costumeiramente, a população da rua 2 e 3 tinha mais problemas para receber água do que a da rua 1, porque esta se localiza mais próxima à entrada da ocupação para onde sempre se direcionavam os caminhões-pipas se não fossem orientados por elas. Assim, as mulheres se mantinham atentas ao momento de chegada do caminhão para indicar a rota que deveria ser feita. Não havia um planejamento por parte do DAERP como, a nosso ver, deveria ocorrer.

Ainda em dezembro de 2018, duas diretoras se dispuseram a fazer uma "vaquinha" para comprar os canos, porém explicaram que, se elas iam fazer a atividade de organizar e juntar o dinheiro, seria função dos homens se organizarem para abrir as valas para a implantação dos canos. Em uma tarde conseguiram juntar os R$ 400,00 necessários para a compra do encanamento, entretanto, a abertura das valas não foi realizada e começou-se a questionar, através do grupo no aplicativo, para onde tinha ido o dinheiro juntado. Especulou-se, inclusive, que as diretoras haviam gastado com consumos pessoais, pois foram vistas chegando na comunidade com "sacola de mercado". As duas mulheres que organizaram a "vaquinha" se sentiram ofendidas pelas fofocas e insinuações e devolveram todo o dinheiro recolhido família por família. E o que estava próximo a ser resolvido voltou à

estaca zero.

Passadas mais algumas semanas, ainda com longas ondas de calor assolando a cidade e chuvas torrenciais causando alagamento no local, se acirraram novamente os conflitos. Apresentamos no quadro 2 a fala enviada em formato de áudio através do grupo do aplicativo de uma das diretoras (Laudelina) responsáveis por organizar a "vaquinha":

LAUDELINA

No começo, eu mais Elza fomos pra rua, conversamos com os moradores, gente aqui da rua 1 colaboraram sim com os dez reais que era pra pagar os canos, tem gente da rua 2 também, duas pessoas da rua 2 que colaboraram que viram a nossa luta. Só que, tipo assim, quando passou quinze dias começaram a jogar piada, falando que a gente tava passando com a sacola do mercado com o dinheiro deles. Só que não, a gente provou que a gente não gastou o dinheiro de ninguém, que a gente saiu devolvendo cada dez reais que a gente tinha pegado. Mas aí, tipo assim, um quer, dois quer, três quer, quatro quer, mas fica aí todo mundo de bracinho cruzado olhando pra nossa cara, aí desse jeito não dá né. **Porque se for pra cavar, nois tamos aqui, nois somos muié, a gente cava essa porra também, entendeu, desculpa da palavra, só que se as muié caí na luta pra cavar, pra puxar cano e os homi fica tomando cerveja aí fica difícil né, aí fica difícil. Vamos ver como é que vai ficar essa situação. Porque falar é fácil, quero ver fazer. Eu quero ver é lutar, arregaçar a manga e ir pra luta.** Vamos arregaçar as mangas e vamos arregaçar essas ruas aqui, com picarete no sol quente o dia inteiro. **Vamos ver se nóis tem coragem ou não tem, a gente mostra que a gente tem sangue na veia ou não tem.**

Quadro 2 – Fala de diretora da Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)
Fonte: *grupo de Whatsapp Cidade Locomotiva (dezembro/2018)*

Por onde começar a análise dessa fala? As desigualdades de gênero se escancaram e podíamos expor algumas dezenas de outras falas com o mesmo potencial. A essência da "mulher universal" a que tanto se recorre ainda, e no governo atual do Brasil pode-se dizer a que se recorre ainda mais, é dilacerada por essa fala. Há um nítido enfrentamento ao que Tereza de Laurentis (1987) define como tecnologias de gênero, que é a naturalização dos corpos gendrados. Ou seja, a naturalização de que o corpo da mulher é frágil, e o do homem forte, baliza a construção social de gênero. O discurso de Sojourner Truth, emitido em 1851 nos Estados Unidos, retomado por diversas feministas negras (Davis, 2016; Akotirene, 2019; Collins, 2019), já questionava essa conexão, posto que, ela enquanto ex-escravizada nunca havia sido tratada como um corpo frágil. Trata-se de uma leitura da "mulher universal" que, na verdade, é a mulher branca e de classe de rendas mais altas.

Laudelina é mãe monoparental ("mãe solteira" ou "mãe solo" como têm reivindicado parte do movimento feminista) de quatro crianças e faz parte da diretoria da comunidade. Sempre que pode participa das ações de luta da AMCL, sempre que o acúmulo de funções de ser mulher negra, de baixa renda e chefe de domicílio monoparental lhe permite. Associar o corpo dessa mulher, que construiu sua casa (com a ajuda de amigos, amigas e familiares), constrói o lugar, cria quatro crianças, participa ativamente da luta a uma imaginário frágil é uma importante demonstração da iminente superação da construção social de gênero que o cotidiano na periferia urbana possibilita.

Finalizando o relato desse último evento, no mês de fevereiro de 2019, foi reinstalada a rede de distribuição de água de maneira informal e irregular pelos próprios moradores e moradoras, com a participação de homens e mulheres para cavar as valas necessárias para acomodação dos canos. Ainda assim, foram as mulheres que organizaram a população através do grupo no aplicativo, com destaque para a líder Jucilene Sena. E contaram com a ajuda das outras lideranças da AMCL, tanto nas obras quanto na sua organização. Como escreve Linda McDowell, "*las mujeres han desempeñado siempre un papel fundamental en todo lo relacionado con la reivindicación del acceso a bienes y recursos que se hallan desigualmente distribuidos en el plano espacial por las actuaciones políticas locales*" (2000, p. 171).

Joan Scott (1989) escreve sobre a gestação de outros futuros possíveis, por ora utópicos,

a partir das mudanças, por ora efêmeras, nas relações sociais de poder: "essa nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre as estratégias políticas feministas atuais e o futuro (utópico), porque ela sugere que **o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com a visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também a classe e a raça**" (Scott, 1989, p. 29, destaque nosso). Ou seja, o questionamento da construção social de gênero que fomenta sua desigualdade pode levar a mudanças nas relações sociais de poder como um todo (Rizzatti, 2021) .

Assim, para representar o evento 4 o ícone das diretoras mulheres se ampliou, pois, ainda que vivenciem a sobrecarga do trabalho causada pela ausência de água encanada, durante esse evento geográfico o acúmulo de força delas é o maior dentre todos os eventos anteriores. O tensionamento que causam questionando a construção social de gênero aponta possíveis mudanças e um grande acúmulo de força que se expressa na fala de Laudelina, exposta no quadro 2. Além disso, essas diretoras seguem até hoje auxiliando na luta pelo lugar e, nesse processo, acumulam ainda mais conhecimentos, sabedorias e força.

Foi mantido o tamanho do ícone da líder Jucilene, pois considerou-se que ela segue com o mesmo acúmulo de força, entretanto, como o exercício se baseia numa distribuição de forças, decidiu-se por reduzir um pouco o ícone dos líderes homens. Pois, se eles tivessem sido eficientes no processo de reinstalação da rede de distribuição de água, não seria necessário que as mulheres se organizassem e que tivessem que pressionar os homens para participar. Não se busca, com isso, responsabilizar os homens por resolver o problema, tanto homens quanto mulheres são responsáveis por isso (posto que o Estado, real responsável pela oferta de infraestrutura urbana, não cumpriu sua função). Mas, com a intencional ausência do Estado, são as lideranças quem se responsabilizam para essa organização. Por isso, apontamos que os líderes homens embora tenham ajudado na organização da distribuição de água durante o período que estava sem a rede, assim como, na sua reinstalação, foram menos eficientes do que as diretoras mulheres para solucionar o problema. O que se pretende evidenciar é que, ainda que eles não tenham perdido representatividade, o acúmulo de forças se dinamizou concentrando-se em outros agentes. Mais do que apontar a redução da força dos líderes homens, busca-se destacar o acúmulo de força das diretoras mulheres.

Por fim, é o evento com menor tempo de duração dentre os que foram analisados. Porém, é um dos que mais demonstra a capacidade que o cotidiano da luta pelo lugar possui de tensionar as relações sociais de poder, com destaque para as desigualdades de gênero. Como explica Scott (1989, p. 26), "frequentemente, a ênfase colocada sobre o gênero não é explícita, mas constitui, no entanto, uma dimensão decisiva da organização, da igualdade e desigualdade. As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino".

Como demonstrou-se, essa compreensão generalizada da construção social de gênero se altera no cotidiano da periferia urbana mesmo que de maneira efêmera. Assim como, o processo de urbanização corporativa e interseccionalizada, ainda que se reproduza com a construção de grandes parcelas de cidades pelas ocupações de terras urbanas, é questionado e resistido, por exemplo, através de impedimentos de ações de remoção e de reintegrações de posse mesmo que de maneira efêmera. A efemeridade não indica que essas mudanças e resistências não ocorram, mas que elas precisam ser reorganizadas constantemente a partir do acúmulo de força, conhecimento e sabedoria por parte da população que reside e constrói as periferias urbanas todos os dias.

Considerações finais

A partir dos eventos espacializados na Cartografia da Luta pelo Lugar da comunidade Cidade Locomotiva, se destacaram dinâmicas que interseccionam as relações de classe-raça-gênero mantendo as desigualdades estruturais da formação socioespacial brasileira na ação da Polícia Militar, do poder judiciário e do poder público local. Assim como, na divisão de tarefas entre a líder mulher e os líderes homens que reproduz a construção social de gênero. Entretanto, demonstrou-se também que há possibilidade de disputa dessa manutenção das desigualdades interseccionalizadas e de tensionamento das desigualdades de gênero, através do acúmulo de força da população residente nas periferias, assim como, das mulheres que aí vivem. A constituição da líder Jucilene e a formação de novas diretoras, mulheres capazes de questionar a ideia naturalizada de "mulher direita" e de "mulher universal", puderam ser analisadas pormenorizadamente no exercício realizado. Demonstrou-se como essa construção social é desnaturalizada, ainda que de maneira efêmera, em eventos e gestos-fios que constantemente ocorrem no cotidiano das periferias urbanas brasileiras.

Esse exercício de espacialização dos eventos geográficos e sua análise atenta é necessária para a definição dos e das agentes, materialidades e temporalidades envolvidos em cada um deles, assim como, da distribuição de forças entre eles, permitiu ampliar a compreensão da luta pelo lugar. Apenas datar o mês em que começou a ocupação, os eventos que a marcaram, o dia que foi removida, além do dia no qual se implantou, se removeu, ou se reimplantou a rede de distribuição de água, oculta diversos conflitos e confrontos, anteriores e posteriores a essas ações, que levam a uma narrativa generalizante das periferias. Ademais, invisibiliza a força, o conhecimento e a sabedoria ancestral existente nelas para questionar as relações sociais de poder. É necessário adentrar esses eventos e gestos-fios, aprofundar a análise relatando a disputa de forças estabelecida em cada um deles, e, como foram dinamizadas essas forças para a superação, ou não, das tensões colocadas. Essa é a intenção da Cartografia da Luta pelo Lugar.

Retomando os quatro vetores do "ativismo cartográfico" delimitado por Renato Emerson dos Santos (2011), consideramos que todos foram cumpridos. A cartografia foi elaborada (1) por uma mistura de técnicas cartográficas com o uso de mapas, iconografias e desenhos através de *softwares* específicos. Quanto à proposta cartográfica buscou-se (2) auxiliar na compreensão da importância das lutas pelo lugar, ou seja, para manter as ocupações. As representações finais demonstram as pequenas, ou não tão pequenas, mudanças no acúmulo de força, na disputa pelo lugar e nas relações sociais de poder que, embora efêmeras, permitem a manutenção do lugar que tende a ser, afinal, o grande objetivo das ocupações urbanas. Além de demonstrar a capacidade de questionamento da construção social de gênero que naturaliza as desigualdades de gênero. A cartografia elaborada pode também (3) ser utilizada indiretamente como tecnologias sociais de gestão do Estado por narrarem e fortalecerem as lutas pelo lugar e as lutas para alterar as relações sociais de poder. Logo, não se trata de uma comprovação oficial para o Estado, mas pode auxiliar na reconstituição dos fatos, fortalecendo a própria população e, quem sabe, a pressão sobre o poder público local para a não efetivação das remoções, e para a implantação de políticas com viés de gênero. Afinal, a memória da luta e a valorização dos acúmulos de força, conhecimentos e saberes ancestrais que resultam dela são fundamentais para sua manutenção. E trata-se de (4) um meio de comunicar um objeto em disputa, pois, se esses lugares não estivessem em disputa não seria necessário lutar para permanecer.

Por fim, ainda que o exercício possa ser considerado como um tipo de ativismo cartográfico, considera-se importante aprimorar seu caráter participativo possibilitando expandir as reflexões e as compreensões da luta pelo lugar. Não obstante, a realização de trabalhos de campo interativos, que possibilite a constituição de laços de confiança - sem os quais se perderiam diversas trocas de saberes e conhecimentos necessários para a elaboração da Cartografia da Luta pelo Lugar - nos parece uma maneira de fortalecer essa luta e reduzir

a ação esterilizada da pesquisa acadêmica que, muitas vezes, se utiliza de grandes conhecimento adquiridos nos trabalhos de campo sem dar algum retorno ao lugar e à população que o constrói e vive.

Referências bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2019.

ARCHELA, Rosely Sampaio & THÉRY, Hervé. "Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos", **Confins [Online]**, 3, 2008.

BONDUKI, Nabil & KOWARICK, Lúcio. Espaço urbano e espaço político: do populismo a redemocratização. In: KOWARICK, L. (Org.). **As lutas sociais e a cidade:** São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329-376, Campinas, 2006.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberle. **Mapping the margins:** intersectionality, Identity Politics, and violence against women of color. [s.e.] Pp. 1241-1299, 1989.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, 1984.

HARLEY, John Brian. Mapas, saber e poder. **Confins [Online],** 5, 2009.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 951-974, 2019.

HOOKS, bell. **Não sou eu uma mulher.** Mulheres negras e feminismo. Tradução da Plataforma Gueto. Disponível em: https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf - Acesso em: 18/11/2020.

JACOBI, Pedro. Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia. **Espaço & Debates**, NERU: Cortez, nº 7, p. 53-69, 1982.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LAURENTIS, Teresa de. "The technology of gender". In.: **Technologies of Gender. Essays on Theory, Film and Fiction.** Pp. 1-30. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

LORDE, Audre. **Irmã intrusiva, idade, raça, classe e sexo:** mulheres redefinindo a diferença. Tradução de Virginia Vasconcelos Leal. Disponível em: http://www.pretaenerd.com.br/2015/11/traducao-idade-raca-classe-e-sexo.html - Acesso em: 18/11/2020.

MASSEY, Doreen. **Space, place and gender.** Mineápolis: University of Minnesota Press, 1994.

MASSEY, Doreen. "Um sentido global do lugar". In.: ARANTES, A. (org.), **O espaço da diferença.** Campinas: Papirus, 2000.

McDOWELL, Linda. **Género, identidad y lugar:** un estudio de las geografías feministas. Traducción de Pepa Linares. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000.

MOREIRA, Marianna. Mulheres sem-teto e a geografia da família: relações interdomésticas, gênero e reciprocidade. **Espaço e cultura.** N. 38, p. 85-122, 2015.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade hoje: leituras da experiência urbana. **Cadernos CRH**, v. 18, n. 45, p. 411-422, 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação". In.: SILVA, Catia Antonia. **Território e ação social:** sentidos da apropriação urbana. Pp.19-29, Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. "O desenvolvimento local e a arte de 'resolver' a vida" **Por uma sociologia do presente:** ação técnica e espaço. Pp.75-89. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013 [2005a].

RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Outros territórios, outros mapas" **Por uma sociologia do presente:** ação técnica e espaço. Pp. 201-212. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013 [2005b].

RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Cartografia da ação social: região latino-americana e novo desenvolvimento urbano". **Por uma sociologia do presente:** ação técnica e espaço. Pp. 213-224. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013 [2009].

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente:** ação técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIZZATTI, Helena & SILVA, Adriana Bernardes da. Cidades e contra-racionalidades: ocupações urbanas em Campinas/SP (do Parque Oziel ao Jardim Campo Belo). **Ra'eGa**, v. 40, p. 211-230, 2017.

RIZZATTI, Helena. **Urbanização corporativa vista pelo avesso:** periferização, interseccionalidade e lugar – uma análise a partir das ocupações de terras urbanas. Tese. IG, UNICAMP, Campinas, 2020.

RIZZATTI, Helena. O pacto contra violência doméstica na comunidade Menino Chorão (Campinas/SP): vitórias efêmeras. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 23, n. 50, p. 233-252, Abr. 2021. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962021000100233&lng=en&nrm=iso – Acesso em 15/12/2020

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras.** São Paulo: Editora Contexto, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classe.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** 2ª edição, São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas características de análise. **Cadernos IPPUR**, Ano XIII, n.º 2, p. 15-26, 1999.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo.** São Paulo: Hucitec, 2013.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2017.

SANTOS, Renato Emerson dos. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geográfica de América Central** (online), v. 2, p. 1-17, Costa Rica, 2011.

SANTOS, Renato Emerson dos. Geografia da ação nas lutas anti-racismo: um olhar aproximativo. **XVIII ENANPUR**, Natal, 2019.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. Nova York: Columbia University Press, 1989.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In.: SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas:** discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Pp. 93-113. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVEIRA, María Laura. Uma situação geográfica. **Revista Território**, ano IV, n.º 6, p. 21-27, 1999.

SMITH, Neil. **Contornos de uma política especializada:** veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. Pp. 133-173, 1997.

SIMÕES, Guilherme; CAMPOS, Marcos & RAFAEL, Rud. **MTST:** 20 anos de história – luta, organização e esperança das periferias do Brasil. São Paulo: Autonomia literária, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA, Marcelo Lopes de & SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. Pp. 147-166. São Paulo: Contexto, 2011.

TAVARES, Rossana. **Indiferença à diferença:** espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

VALENTINE, Gill. Theorizing and reseraching intersectionality: a challenge for feminist geography. **The Professional Geographer**, v. 59, n. 1, p. 10-21, 2007.